

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

E-ISSN: 1679-3951

cadernosebape@fgv.br

Escola Brasileira de Administração
Pública e de Empresas
Brasil

Mazziotti Bulgacov, Yára Lucia; Vizeu, Fabio
A positividade da emoção na prática da pesquisa social em organizações
Cadernos EBAPE.BR, vol. 9, julio, 2011, pp. 488-504
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323227830004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A positividade da emoção na prática da pesquisa social em organizações

Emotional positiveness in the practice of social research in organizations

Yára Lucia Mazziotti Bulgacov¹

Fabio Vizeu²

Resumo

Um problema corrente na produção do conhecimento científico é o mito da racionalidade na prática da pesquisa, pois, ainda que adote uma concepção de homem concreto que age sobre o mundo, não podemos deixar de considerar a dimensão da emoção, cuja mediação é inevitável. Nesse sentido, é preciso considerar a ideia da indissociabilidade entre razão e emoção no processo de conhecer. O presente trabalho traz a contribuição da psicologia sociocultural e histórica para o debate metodológico dos estudos organizacionais, particularmente quanto ao problema das concepções de homem e da produção do conhecimento na pesquisa social. O principal argumento, neste artigo, é o da positividade da emoção na prática de pesquisa social. Após a discussão teórica e conceitual, apresentamos o relato da experiência de um dos autores, que desenvolveu uma pesquisa em um hospital psiquiátrico, revelando empiricamente a construção do saber científico pela implicação e emotividade do pesquisador.

Palavras-chave: Prática de pesquisa. Emoção. Racionalidade. Atividade. Conhecimento.

Abstract

A current problem in scientific knowledge production is the rationality myth in research practice. On the other hand, when considering the concrete man concept supporting the idea that man plays an active role in the world, one cannot disregard the unavoidable emotional dimension. In this sense, one must take into account that reason is indivisible from emotion in the knowledge process. As a contribution to organizational studies this paper introduces a methodological discussion on historical and social/cultural psychology, mainly focusing on man and knowledge production concepts as approached in social studies. The main argument in this paper is that emotion is positive in social research practice. After a theoretical and conceptual discussion, an experiment is shown, carried out in a mental hospital by one of the authors, empirically revealing how scientific knowledge can be built on the researcher's emotion and implication.

Keywords: Research practice. Emotion. Rationality. Activity. Knowledge.

Artigo submetido em 03 junho de 2010 e aceito para publicação em 26 novembro de 2010.

¹ Doutora em educação pela Universidade Estadual de São Paulo/UNESP – Marília; Professora Sênior da Universidade Federal do Paraná/UFPR; Professora Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo – PMDA/UP. Endereço: Universidade Positivo/UP – Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido, CEP 81280-330 Curitiba, PR, Brasil. E-mail: ybulgacov@gmail.com

² Doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV; Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo – PMDA/UP. Endereço: Universidade Positivo/UP – Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300, Campo Comprido CEP 81280-330 Curitiba, PR, Brasil. E-mail: Fabio.vizeu@gmail.com

Introdução

O termo ‘prática’, apesar de sua familiaridade, não é autoexplicativo e tem sido examinado mediante diferentes tradições, a depender do lugar que pode tomar o observador. Este pode assumir uma perspectiva externa objetiva para a apreensão de seu objeto, que pode ser considerada tanto como comportamento individual de um praticante, como comportamento concebido no contexto de interações sociais mais amplas, entendidas como constitutivas dessa prática. Outra maneira de apreensão do termo é aquela em que o observador elege a perspectiva social, contudo interna e subjetiva, dos membros da comunidade, descrevendo, interpretando e avaliando suas práticas discursivas. Finalmente, podemos conceituar a prática na pesquisa como uma **atividade social**, situada em tempo concreto, compreendida em seu processo histórico e de mudança, como uma realidade aparente, produzida e produzindo seus praticantes num eterno transformar-se, inclusive reflexivamente (KEMMIS e McTAGGART, 2000).

Bruner (1997) aponta duas formas possíveis de organização da experiência na produção do conhecimento, dois modos de pensamento utilizados para a construção da realidade, que implicam diferentes modos de verificação. O primeiro, o paradigmático ou lógico-científico, centra-se na sistematização formal de descrição e explicação do fenômeno empírico, em que a observação do pesquisador se constitui por meio de hipóteses preestabelecidas de caráter lógico e passíveis de teste formal.

O segundo modo de produção de conhecimento, o modo narrativo, não tem como princípio operativo os critérios do modelo anterior. Sua expressão depende de sua verossimilhança com a vida; adota-se, portanto, outra forma de causalidade científica, que não a lógica ou matemática do modelo anterior, mas da **experiência do significado**.

O que significa essa outra forma de causalidade científica dada pela experiência do significado e não por procedimentos lógico-formais e matemáticos? O que significa aproximar a pesquisa da vida e compreendê-la como uma prática social? Quais os fundamentos teóricos dessa opção? Para responder a essas questões, desenvolve-se, no presente trabalho, a perspectiva sobre a pesquisa em organizações enquanto prática social embasada nos fundamentos da psicologia sociocultural e histórica, aspectos que estão diretamente relacionados com a concepção de homem e conhecimento.

Em linhas gerais, a prática da pesquisa deve ser compreendida na complexa relação da atividade psicológica do homem em relação a seu objeto de conhecimento: outro homem – relação situada histórica, social e concretamente, na qual se compartilham significados tanto do pesquisador como dos pesquisados. Não considerar esses complexos processos psicossociais parece ser uma visão reducionista da produção de conhecimento.

Outro problema corrente na produção do conhecimento científico é o mito da racionalidade na prática da pesquisa. Na medida em que se adota uma concepção de homem concreto que age sobre o mundo, não se pode deixar de considerar a dimensão da emoção, mediação inevitável. Não há atividade humana sem emoção; a emoção é a primeira forma de comunicação (pré-linguagem), sendo parte essencial do desenvolvimento total do indivíduo e onde se iniciam as bases das relações interindividuais (CAMARGO, 2006). O homem, considerado na sua totalidade, na sua experiência, na sua corporalidade, em sua necessidade de interagir com o exterior, é levado a modificar o espaço e a si próprio.

Assim, se a história moderna da produção do conhecimento é retomada, verifica-se a hegemonia da tradição racionalista, em que a emoção sempre foi percebida como impeditiva do conhecimento ‘verdadeiro’. Neste texto, se quer argumentar e demonstrar, tanto pelo relato de pesquisa utilizado, como também pelos fundamentos teóricos desenvolvidos, que a emoção é parte do processo de pesquisar e pode vir a ser positiva para a construção do conhecimento. Nesse sentido, propõe-se a discussão dos fundamentos da **positividade da emoção** na prática social da pesquisa em organizações.

No presente trabalho apresenta-se a contribuição da psicologia sociocultural e histórica para o debate metodológico dos estudos organizacionais, particularmente no que se refere ao problema das concepções de homem e da produção do conhecimento na pesquisa social. Além disso, este estudo dá voz à experiência de um dos autores, que desenvolveu uma pesquisa durante oito meses em um hospital psiquiátrico, revelando empiricamente a construção do saber científico pela implicação e emotividade do pesquisador. O principal argumento aqui – o da positividade da emoção na prática de pesquisa social – é construído em três seções: na primeira, são discutidas as premissas que ajudam a conceber a pesquisa como uma prática socialmente determinada, mediante a perspectiva da intersubjetividade; na segunda seção, aborda-se a concepção de homem na psicologia sociocultural e histórica, destacando o conceito de atividade social dessa vertente; na terceira seção, o viés racionalista do pensamento científico dominante é analisado e se apresenta a ideia da indissociabilidade entre razão e emoção no processo de conhecer. Após a discussão teórica e conceitual, relata-se experiência de um dos autores em uma pesquisa organizacional. Nele, a implicação e a emotividade do pesquisador foram essenciais no processo de construção do conhecimento. Nas considerações finais, os pontos centrais do texto são elencados, ressaltando as contribuições desta perspectiva para a pesquisa em organizações.

Concepção de Pesquisa como Prática Social

Ao assumir o fazer ciência como parte do acontecer histórico, em que o particular é considerado uma instância da totalidade social, em que a relação sujeito-pesquisador é reflexiva, dialógica e integra significativamente o processo investigativo, elege-se, portanto, a terceira perspectiva sobre o processo de conhecer apresentada na introdução. Nesse sentido, a prática da pesquisa é compreendida como um espaço no qual o pesquisador é considerado em sua integralidade, na relação com o sujeito da pesquisa, ambos situados histórica e concretamente. A ênfase do processo investigativo deve ser posta no campo, na ação, na relação do pesquisador com o outro e na experiência e vivência do pesquisador (AMORIN, 2004).

Com base nesse referencial, o primeiro pressuposto da perspectiva lógico-científica de pesquisa a ser desconstruído é a crença na objetividade em termos de acesso direto do sujeito ao objeto de conhecimento. Aqui, o pesquisador não é um mero expectador (nem mesmo um receptor), é um sujeito concreto, um interlocutor que produz significado, que produz indagações sobre os procedimentos relacionais adotados na pesquisa. Ao agir assim, o pesquisador necessariamente revela seu mundo vivido e suas pretensões de construção de conhecimento. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador, como instrumento primário, busca, por intermédio da ótica dos atores envolvidos, a compreensão do fenômeno sob estudo (MERRIAN, 2008).

Na pesquisa como prática social, a relação sujeito-sujeito substitui a relação sujeito-objeto da pesquisa de base lógico-científica. Como aponta Smircich (1983), o pesquisador, ao se engajar em práticas interpretativas, indaga sobre o conhecimento que os indivíduos possuem a respeito de situações próprias ou relativas a outros. Nesse esforço, debruça-se sobre as narrativas que delas derivam, decifrando os símbolos culturais, revelando o sistema de significados do grupo estudado, seus valores, suas crenças e ações, suas visões de mundo; seu *ethos*, enfim, sintetizando uma imagem da realidade daquele grupo e tornando-a acessível para consideração e reflexão. Assim, no campo, o papel do pesquisador é o de aprendiz. Significados não existem nos objetos e nas atividades em si mesmas; eles são designados aos eventos por pessoas, que percebem e interpretam seu contexto. Dessa forma, a preocupação do pesquisador é com significados e não com fatos fora do âmbito das ações humanas. O pesquisador precisa estar bem próximo e, não, desligado das interações sociais, nas quais os significados estão enraizados e elaborados. Para tanto, ele precisa estabelecer um relacionamento que conduza à aprendizagem, em um ambiente que não seja ameaçador para as pessoas (SMIRCICH, 1983).

Nesse cenário de análise da prática científica, na medida em que se consideram tanto a subjetividade do pesquisador quanto a subjetividade dos pesquisados, dois panoramas devem ser levados em conta simultaneamente. Um deles é o panorama da ação, no qual certas questões transparecem de forma central – o agente, a intenção, o objetivo, a situação, o contexto cultural, os instrumentos, o contexto histórico; outro é o

panorama da consciência, onde se consideram os sujeitos envolvidos na história, que sabem, pensam, sentem, ou que não sabem, não pensam e não sentem (BRUNER, 1997).

Efetua-se, aqui, uma resignificação do homem para a prática de pesquisa no que se refere a uma cognição que não é independente da vida prática, pois os processos cognitivos (percepção, memória, abstração, generalização, raciocínio) não são 'capacidades' ou 'funções' independentes e imutáveis, são processos que ocorrem em atividades concretas, atividades práticas, e se formam dentro dos limites dessa prática. Assim sendo, na prática de pesquisa, a observação do pesquisador é um instrumento psicológico e de pesquisa essencial para a construção do conhecimento. Esse processo cognitivo complexo não pode ser considerado neutro; o processo de observação é concebido aqui como uma atividade em que o homem participa de maneira ativa, não alienada, com sua atenção e percepção. Defende-se, aqui, uma modalidade de observação na pesquisa social que é significativamente diferente daquela em que se utilizam categorias prontas de observação do fenômeno. Nesse caso, trata-se de um processo de observação contextualizada, no qual sujeitos concretos interagem, no qual pesquisador e pesquisados decidem por um trabalho comum e consciente, nunca neutro, mas, como toda forma de conhecimento, um trabalho interessado (HABERMAS, 1987).

A seguir, são desenvolvidos os significados associados à pesquisa social em organizações mediante um olhar sócio-histórico e cultural que recupera dimensões essencialmente humanas.

Concepção de Homem na Psicologia Sociocultural e Histórica

Fazer considerações sobre a concepção de homem oriunda da psicologia sociocultural e histórica significa, como aponta Aguiar (2002), apresentar a visão [teórica] do fenômeno psicológico. Desde que concebidas na perspectiva histórica, as categorias de análise do fenômeno psicológico devem sempre considerar a história, o processo e o movimento do homem. A autora ressalta que, no princípio do estudo, tem-se fatos empíricos que estão ao alcance dos sentidos do pesquisador, mas que não são suficientes para conhecer o fenômeno; tais fatos são apenas aparências que devem ser superadas em direção à concretude do fenômeno, sendo necessário que "o pensamento invada o fenômeno e possa desvendar relações e determinações que o constituem e que não ficam evidentes no imediato, ou seja, no nível do empírico" (AGUIAR, 2002, p. 96). É nesse sentido que se pode entender o **psicológico** como a atividade do homem de registrar a experiência, bem como a relação que mantém com o ambiente cultural, sendo a capacidade de registrar entendida como capacidade psíquica. Enquanto conjunto de registros, esse mundo psicológico se constitui com base em relações que mantém com o mundo sociocultural; o homem atua interferindo, pela atividade, no mundo, ao mesmo tempo que é afetado por essa realidade das relações do mundo subjetivo, social e cultural.

Nessas relações multidimensionais, o homem objetiva sua subjetividade e subjetiva sua objetividade, o que reforça a ideia de que o psicológico se constitui nessa relação, na atividade do homem com o mundo sociocultural. Aguiar (2002) conclui que o fenômeno psicológico não deve ser visto em sua superficialidade, ou seja, apenas como registro mecânico do que se vive e experimenta. O homem é afetado pelo mundo em todo o seu ser e, portanto, com toda a sua diversidade e riqueza de possibilidades, suas imagens, palavras, emoções e pensamentos.

A contribuição de Vygotsky (1994) foi importante para essa perspectiva, uma vez que sugere a compreensão do indivíduo não na sua generalidade, mas na sua singularidade, internalizando e expressando sua condição histórica e social, sua ideologia e condições vividas, propondo tanto a descrição como a explicação das funções psicológicas superiores, tais como pensamento, consciência, linguagem e vontade, em uma dimensão que rompe e supera a concepção de fenômenos internos reduzidos a meros reflexos passivos do meio (visão comportamental).

Para melhor compreender a perspectiva de Vygotsky (1994) sobre o indivíduo e o seu lugar na atividade de pesquisa social, são apresentados a seguir alguns elementos da teoria desse autor sobre atividade.

A teoria da atividade da psicologia sócio-histórica

A teoria da atividade na perspectiva sócio-histórica e cultural foi iniciada por Vygotsky (1993) entre 1920 e 1930, tendo sido aprofundada mais tarde por seu discípulo Leontiev (1978) e, atualmente, a abordagem de Engeström (2001) é considerada a terceira geração dessa perspectiva.

Comenta Engeström (2001) que toda essa perspectiva Sócio-Histórica e Cultural parte da ideia essencial de Vygotsky: a **mediação**³ – um marco na superação do modelo de causalidade estímulo-resposta utilizado até então pelo comportamentalismo. A ideia se desenvolve em torno do ato de mediação complexa, expresso na tríade sujeito, objeto e artefato de mediação. Interessante notar que a inserção de artefatos culturais no modelo explicativo da ação humana foi revolucionária, justamente porque rompeu com a dicotomia indivíduo-sociedade. Nessa concepção, o indivíduo não pode ser compreendido sem seu meio cultural, já que indivíduos são constituídos, usam e produzem artefatos; e artefatos culturais são elementos da formação de suas operações. Objetos tornam-se entidades culturais e os objetos orientados pelas ações tornam-se a chave para o entendimento da psique.

A ideia central da perspectiva sócio-histórica da atividade é que a relação do homem com o mundo não é direta, e sim uma relação sempre mediada pela atividade humana. Nessa atividade estão implícitas todas as características humanas, resultantes da interação dialética do homem com seu meio sociocultural. O desenvolvimento humano não é dado *a priori*, não é imutável e universal. Ele se constitui por sua dinâmica sócio-histórica, de caráter plástico e que representa uma realidade, ao mesmo tempo, produtora e produto da atividade do homem em seu mundo (REGO, 1995).

Para dar conta do conceito de atividade social, Vygotsky chama os signos de ‘instrumentos psicológicos’, ‘ferramentas auxiliares’, que tornam possível ao homem controlar voluntariamente sua atividade psicológica e ampliar sua capacidade de atenção, pensamento e memória. Os signos agem como um instrumento da atividade psicológica. Parte-se da premissa de que os fenômenos psicológicos são elaborados à medida que os indivíduos participam de interações sociais e empregam tais instrumentos. Em vez de subprodutos impessoais de estímulos naturais (como os trata a perspectiva comportamental da psicologia), os fenômenos psicológicos são produtos interpessoais (RATNER, 1995). Assim, os seres humanos transformam-se ativamente à medida que transformam seu mundo social e natural.

Nesse processo, a linguagem é entendida como o sistema simbólico fundamental no desenvolvimento das atividades psicológicas humanas, pois permite lidar com os objetos do mundo exterior mesmo na ausência deles; ela possibilita abstrair e generalizar características de objetos, eventos, situações presentes na realidade e modos de ordenar o real em categorias conceituais, bem como articula a comunicação entre os homens, fato que tem como consequência a preservação, transmissão e assimilação de informações e experiências acumuladas. E esse é o processo que permite o **aprendizado**. É assim que os sistemas simbólicos que os indivíduos usam para construir significados são profundamente arraigados na cultura e na linguagem de um grupo social (BRUNER, 1997).

³ Mediação, para Vygotsky, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento; é através do processo de mediação que o indivíduo se relaciona com o seu meio social.

A linguagem também possibilita o intercâmbio social entre os indivíduos que compartilham de um sistema de representação da realidade, permitindo o compartilhamento de significados e a própria comunicação. Por sua inserção cultural específica, sua interação com os demais membros do grupo e participação em práticas sociais historicamente construídas, o indivíduo incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas pela experiência humana. Desse modo, a cultura está sempre em movimento, representando um verdadeiro "palco de negociações", onde seus membros estão num constante movimento de recriação, reinterpretações de informações, conceitos e significados (REGO, 1995, p.56).

Como visto acima, essa perspectiva supera a concepção behaviorista de homem, segundo a qual o ambiente é o fator determinante da resposta humana. Já a perspectiva sócio-histórica e cultural afirma que o comportamento e a mente humana devem ser considerados em termos de ações intencionais e, sobretudo, culturalmente significativas. Dessa forma, o indivíduo, ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, reconstrói os modos de ação realizados externamente e organiza seus próprios processos mentais, deixando de se basear em signos externos e se apoiando em recursos internalizados (imagens, representações mentais, conceitos). E é nessa interpretação que se dá a formação do sujeito, num movimento de individuação a partir das experiências propiciadas pela cultura (REGO, 1995).

A segunda geração da teoria da atividade é representada especialmente por Leontiev, que ressalta seu caráter coletivo. Nessa perspectiva, a ação do indivíduo ou do grupo está sempre imersa em um sistema coletivo de atividade. Ao se orientar intencionalmente para o objeto, o sujeito tem sua ação mediada pelos artefatos culturais (ferramentas e signos) próprios da comunidade, com suas regras implícitas e explícitas, sua divisão do trabalho, tornando a ação sempre coletiva, grupal, num sistema em que o objeto e o resultado do trabalho são compartilhados com a comunidade. Assim, explícita ou implicitamente, a ação será sempre caracterizada por ambiguidade, surpresa, interpretação, *sensemaking*⁴ e potencial de mudança (ENGESTRON, 2001). Para Leontiev (1978), a organização corporal do homem cria a necessidade de entrar em uma relação ativa com o mundo exterior, ou seja, para existir dentro dela é preciso atuar e, ao interagir sobre o mundo exterior, a pessoa modifica o seu espaço no mundo e também se modifica. A atividade desempenha "a função de situar o homem na realidade objetiva, transformando-a em forma de subjetividade" (LEONTIEV, 1978, p.74).

A terceira geração da teoria da atividade tem surgido em uma tentativa de dar conta da questão da diversidade cultural, do diálogo, da multipilicidade de perspectivas, redes e sistemas de atividade em relação (ENGESTRON, 2001). Clot (2006) afirma que, para compreender o indivíduo, devemos olhar para o sistema de atividades que ele desempenha em sua vida, a pluralidade dos mundos vividos e a possibilidade de exploração de um pelo outro para caracterizar a plasticidade do sujeito. É uma abordagem que trabalha com a subjetividade, entendendo-a como constituída e enraizada socialmente, como concretamente suscetível a diversos mundos sociais que são tecidos por novas significações e em que novos vínculos são criados. Entretanto, o indivíduo não se sujeita de modo pacífico às atividades que lhe são prescritas, mas, sim, investe-as de sua subjetividade em uma ação muito particular, em movimento de individuação e aprendizagem. A ação do sujeito jamais pode ser compreendida sem referência ao sistema simbólico a que se acha subordinada.

A Constituição da Intersubjetividade pela Subjetividade

Convém destacar que o estudo da maneira como as pessoas se relacionam com seus ambientes é fundamental para a extração de significado das práticas sociais (VALSINER e VEER, 1996). A não diferenciação dos mundos pessoais psicológicos e os contextos sociais conduzem a uma visão reducionista do psicológico ao social. Para romper com essa perspectiva, a subjetividade e a intersubjetividade precisam ser consideradas como partes separadas e ontogeneticamente interdependentes no mesmo sistema. Para o entendimento da subjetividade e da sociedade, é preciso entender a questão da natureza do mundo subjetivo e de sua

⁴ *Sensemaking* – fazer sentido, criar sentido.

interdependência com o existir socialmente organizado. A subjetividade deve ser presumida para que a intersubjetividade tenha sentido. Quando as pessoas se comunicam, a intersubjetividade é construída transcendendo os mundos privados; ela é um metaprocessos de refletividade que opera em tempo irreversível e leva à criação, manutenção e mudança no sentido de que as pessoas constroem a si mesmas por meio da atividade dialógica. Esse mecanismo também pode ser visto como um processo de redefinição da situação capaz de construir significados. A intersubjetividade trata de processos de atividade metacomunicativa centrada na pessoa e, por isso mesmo, pertence à subjetividade das pessoas. As bases para a construção da intersubjetividade são: a existência de outros homens inteligentes (conscientes) e a experienciabilidade dos objetos. Sobre essas bases há duas idealizações socialmente construídas, ambas se originam na subjetividade das pessoas: o intercâmbio de pontos de vista e a congruência de sistemas de relevância. No estudo da ontologia social da comunicação, a subjetividade é a base para a construção da intersubjetividade; para a ontogenia, a intersubjetividade leva à diferenciação da subjetividade.

A heterogeneidade da intersubjetividade está baseada nos papéis sociais assumidos por quem a constrói. A característica central da intersubjetividade é a relação interdependente entre as subjetividades envolvidas na atividade partilhada. São as pessoas, com suas culturas historicamente construídas, que entram em contato umas com as outras. É o participante ativo no diálogo quem dá origem à nova reorganização da subjetividade e da intersubjetividade. A pessoa é envolvida por diálogos externos e internos que se alimentam reciprocamente, formando um sentido de pessoa pela mediação semiótica. Esta é uma forma de transcender subjetivamente a participação presente dentro de um contexto. Ela é um processo de construção pessoal orientada para o futuro, que restaura o foco na subjetividade da pessoa em direção ao modo como está imersa nos processos de intersubjetividade. Do ponto de vista da pessoa, o lócus de construção do futuro está no presente delimitado pelo tempo irreversível. É a subjetividade que alimenta o desenvolvimento da ação e do pensamento por meio da construção semiótica. Como dito, a linguagem é fundamental nesse processo e desempenha dupla função: gera estabilidade autorreflexiva baseada na duração e constrói papéis, tornando possível à consciência humana transcender o aqui e o agora imediatos, bem como reconstruir memórias do passado e transferir reflexões do presente para outro contexto. Por fim, a linguagem é uma ferramenta usada para agir sobre as experiências dinâmicas imediatas e transformá-las no processo de permanência, em que generalizações específicas que emergem do uso da linguagem desempenham funções canalizadoras na regulação do domínio subjetivo e intersubjetivo da atividade.

Outro princípio fundamental proposto por Vygotsky e também comentado por Valsiner e Veer (1996) é a ideia de sistema para a compreensão da atividade social, em que se destaca que fenômenos psicológicos se inter-relacionam dialeticamente, se interpenetram assumindo a qualidade de suas relações e circunstâncias, razão por que os fenômenos manifestam variação cultural; ou seja, os fenômenos psicológicos são abertos à absorção de traços sociais, suas propriedades incorporam a vida social, possibilidade acentuada de maneira singular pela dialética. Essa variação é ocasionada igualmente pelas condições internas, em que cada função psicológica (memória, percepção, emoção, motivação) varia em períodos diversos, tanto do ponto de vista ontogênico (história do indivíduo)⁵ como filogenicamente (história da espécie). Outro aspecto do conceito de sistema é que nenhuma função psicológica se dá isoladamente, ao contrário, todas estão unificadas em um sistema dinâmico e significativo. Por exemplo, as emoções são constituídas pela apreciação cognitiva dos acontecimentos, pois dependem da cognição para sua qualidade; inversamente, a cognição é intrinsecamente permeada e afetada pela emoção, aspecto que será aprofundado no tópico que segue.

Indissociabilidade da Emoção-Razão

Argumentou-se, mediante adoção da concepção de sistema na compreensão do fenômeno psicológico, sobre a indissociabilidade das diferentes funções psicológicas. Da mesma maneira postula-se aqui a indissociação

⁵ Ontogênico (história do indivíduo) e filogênese (história da espécie).

entre razão e emoção na prática de pesquisa, em uma tentativa de "sensibilização da cognição" (CAMARGO, 2004, p.103). Em outras palavras, como diria Clot (2006), de superação da concepção fria de cognição.

Muitos teóricos, entre eles Maturana (1999) e Duarte (2001), apontam para a desvalorização da emoção em nossa cultura. Entretanto, como as emoções são elementos fundamentais do viver humano, a visão racionalista da sociedade moderna leva a que, equivocadamente, não se considere que todo o sistema racional tem um fundamento emocional, ou seja, "não há ação humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torne possível como ato" (MATURANA, 1999, p.22). As emoções, portanto, possuem uma função de significação do real, elas dão sentido ao ato. A seguir, o argumento de Sawaia (2002), desenvolvido na III Conferência de Pesquisa Sociocultural em Campinas, será tratado para dar suporte à tese da positividade da emoção na produção do conhecimento da realidade organizacional.

Sawaia (2002), resgatando a proposta de Vygotsky de romper com a dicotomia razão/ emoção, demonstra como, na história recente da produção do conhecimento, predomina uma visão maniqueísta de razão e emoção, na qual a razão é boa e a emoção é má. A autora defende que a "justa recuperação" da emoção na ciência era intenção de Vygotsky, e relembra a frustração desse autor diante da metodologia e da epistemologia dualista da Psicologia; Vygotsky combatia a divisão cartesiana da psicologia em naturalista, de um lado, e, de outro, heurística; nesse sentido, Vygotsky não se deixava aprisionar pela causalidade mecanicista, pelos dualismos intelecto/emoção, mente/corpo, subjetividade/objetividade.

Nessa perspectiva, e sob a luz do monismo de Spinoza, as emoções são deslocadas do campo dos instintos, das funções humanas primárias, para o campo do conhecimento, da ética e da política, sem, contudo, negar-lhe o caráter de afecção corporal. É por isso que Vygotsky defendia a construção social da emoção ao longo do desenvolvimento humano, de cuja função primária, surgem sistemas psicológicos complexos que unem funções psicológicas separadas em novas combinações, num complexo processo dialético entre diferentes funções e entrelaçamentos com fatores externos e internos adaptativos. Portanto, a emoção, inicialmente uma função primária, motora e fisiológica, se manifesta no decorrer do processo de apropriação da cultura juntamente como outras funções psicológicas (atenção, memória, percepção, pensamento, vontade), sendo igualmente mediada pelas relações com as outras pessoas e pela linguagem (CAMARGO, 2004, p.24).

Desse modo, as emoções não são isoladas do intelecto, mas abarcam as funções psíquicas em seu conjunto, adquirindo um papel na configuração da consciência que só pode ser analisado pela conexão dialética com as demais funções e com a experiência de cada um, com as conexões que foram estabelecidas na experiência de outras pessoas. Continuando sua análise do pensamento de Vygotsky, Sawaia (2002) ressalta a ideia de que o pensamento é motivado: "o próprio pensamento não nasce de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência". Por trás do pensamento encontra-se a tendência afetiva e volitiva, ela é a base do pensamento; dessa postura, surge a implicação de que, para conhecer o real sentido de uma palavra, é necessário penetrar nos motivos de um interlocutor, os quais constituem sua base afetivo-volitiva.

Assim, destaca Vygotsky, a **qualidade significativa da emoção**, isto é, a capacidade do homem em se tornar, por suas emoções, livre da materialidade objetiva dos fatos, pode estar no domínio dos signos. Assim, é possível falar de emoções superiores porque o homem tem a capacidade de abstração conceitual, que lhe permite superar o objeto pelo caráter mediado das funções psíquicas. Mudanças de afeto e de intelecto estão na dependência direta de mudanças de nexos, que têm origem sempre no social e no coletivo, vividos como intersubjetividades e mediados por significados sociais.

Contudo, a postura de Vygotsky não pressupõe abandonar a radicalidade biológica e a sensibilidade corpórea, mesmo quando enfatiza a mediação semiótica na configuração do sistema psíquico. O homem é concebido como um sujeito de carne e osso, relacional e sócio-histórico, e as emoções são encarnadas, experimentadas e conhecidas pela consciência. Emoções seriam 'instâncias de uma imagem de coisas em mim nas relações que estabeleço com outros corpos'. Quem pensa, sente e conhece é o sujeito que é afetado pelas afecções de seu corpo/alma no encontro com outros corpos. Desse modo, a emoção está integrada e, não, isolada dos sistemas psicológicos superiores.

Outra dimensão do pensamento de Vygotsky é enfatizar a dinâmica complexa do sistema psicológico, afirmando que os nexos não são fixos e variam com o desenvolvimento ontogenético, filogenético e histórico. O autor observa que o que muda não é a estrutura do intelecto e dos afetos, mas as relações que têm origem no social e no coletivo, vividos como intersubjetividade e mediadas pelos significados sociais. Por exemplo, a autora afirma que:

[...] no processo de nosso desenvolvimento, as nossas emoções em relação a uma pessoa entram em conexão com a valoração social dela, com a compreensão dela, alterando as conexões iniciais em que são produzidas, quando surge uma nova ordem e conexão. E é nessa complicada síntese de diferentes determinações com o biológico, o psicológico e o social que transcorre nossa vida. (SAWAIA, 2002, p. 87)

As emoções complexas são a combinação de relações que surgem em consequência da vida histórica e adquirem sentido em relações específicas: só aparecem porque o homem tem a capacidade de abstrair, conceituar e superar o objeto pela significação, permitindo aproximar fatos diferentes e superar a situação imediata e o instinto. Nessa perspectiva teórica, as emoções passam de **perturbadoras** a **reveladoras** do subtexto das palavras e propulsoras ou inibidoras do conhecimento. Para tanto, como afirma Camargo (2004), é necessário redefinir a cognição, em outras palavras, sensibilizá-la, torná-la humana, social e historicamente situada. Relembrando Goodmam, a autora reafirma ainda que a experiência afetiva humana está plena de significado e pode ser vista como forma de saber; a prática, a percepção e as diferentes artes constituem meios para se obter conhecimento e formam uma ideia de algo; em especial a arte, tal qual a ciência, faz desaparecer categorias usuais para estabelecer novas organizações, assim como novas visões. Afirma Goodmam (*apud* CAMARGO, 2004, p.105):

A emoção e o sentimento [...] funcionam cognitivamente tanto na experiência estética como em outras formas de experiência [...], não percebemos a existência de afinidades e de diferenças estilísticas, por exemplo, mediante a análise racional, mas através das sensações, percepções, sentimentos, emoções que se despertam na prática de um modo similar [...] longe de querer dessensibilizar a experiência estética, pretendo sensibilizar a cognição [...] a emoção e a cognição são interdependentes – o sentimento sem entendimento é cego, e o entendimento sem sentimento é cego [...]

Como acentua Camargo (2004), não se deve recortar a emoção de todo o universo restante. Ela não é um fato isolado. É preciso compreendê-la segundo o princípio da significação. Assim, ao se considerar a atividade de observação do homem, do pesquisador, deve-se concebê-la sempre como uma atividade dirigida pelo indivíduo, como um processo relativamente consciente, conjunto, que convida o outro a participar, que convida o outro a se implicar. E Heller (1993) define o 'implicar' como um **sentimento**: não dicotomiza o homem; concebe o homem unificado e busca demonstrar que ele é um fato empírico.

Assim, segundo a visão de Heller (1993), é preciso conceber a figura de um pesquisador unificado, defendendo-o, inclusive, como um fato empírico. Essa perspectiva sobre o pesquisador tenta romper com a padronização positivista do observar, em que a todo custo o sentimento é um 'obstáculo' que deve ser afastado, como anunciava Bacon, em seu *Novum Organum*. Na verdade, a busca da emoção no processo investigativo concilia-se mesmo com a busca pelo sujeito integral, em toda a sua complexidade, em toda a sua ambiguidade, enfim, em toda a sua humanidade.

Para Heller (1993, p.15), "sentir significa estar implicado em algo". Este algo não necessariamente é concreto, mas pode ser um problema, uma ideia, uma situação, o outro, enfim. A autora expressa que a implicação está diretamente ligada à significação que o objeto da implicação tem para o sujeito. Pode-se estar implicado no momento da prática de pesquisa social, justamente porque isso significa algo para o pesquisador. O grau da implicação depende da familiaridade com o fenômeno observado. A ideia de que a

implicação acompanha outras funções é equivocada. Deve-se lembrar que o ser unificado é o que Heller defende:

La implicación no es un 'fenómeno concomitante'. No es que haya acción, pensamiento, habla, búsqueda de información, reacción, y que todo eso este 'acompañado' por una implicación en ello; mas bien se trata de que la propia implicación es el factor constructivo inherente del actuar, pensar, etc., que la implicación está incluida en todo eso, por vía de acción o de reacción. (HELLER, 1993, p.17)

Considerando que a implicação está ligada à significação que o fato tem para quem está implicado, fica clara a interação sujeito-sujeito que define a relação entre pesquisador e sujeito pesquisado.

A situação de campo é concreta, de uma prática social situada, na qual o pesquisador, sujeito integral, interage com os pesquisados, trazendo, nessa interação, todas as suas dimensões de motivos, atitudes, emoções, interesses. Nessa ótica cultural está o pesquisador, envolvido com um conjunto de atividades cujo objetivo é apreender, especialmente, as regras de interação daquele local.

A aprendizagem somente se opera mediante um conjunto de determinadas atividades cuja realização conduz o pesquisador a novos conhecimentos, hábitos ou proporciona novas qualidades ao já conhecido (CAMARGO, 2004; VYGOTSKY, 1993; LEONTIEV, 1978). Assim sendo, uma atividade é, por natureza, social: realiza-se por meio de instrumentos sociais e desenvolve-se mediante a cooperação e a comunicação intersubjetiva. Portanto, a atividade é necessariamente mediada pelos outros, dando-se pela apropriação e construção de relações, de acordo com os significados determinados pela experiência social. Além disso, a atividade humana consiste em uma ação consciente e orientada para um fim. É por meio dela que o homem realiza os seus objetivos, projetos e ideias, modificando a realidade. Neste ponto, uma questão que merece ser destacada é a motivação para a ação, ou seja, a atitude pessoal do sujeito de se inserir nas ocasiões e oportunidades de aprendizagem e decidir-se por elas (CAMARGO, 2004).

A prática de pesquisa social se constitui de atividades psicológicas humanas específicas, que atuam como sistemas dirigidos pela subjetividade humana, que é, em essência, consciente e sensível. Barthes (1984) é outro teórico que pode ilustrar isso quando utiliza a metáfora para o olhar. Ele elege os termos 'câmara clara' (ou câmara lúcida) e 'câmara escura' para avaliar o olhar humano durante o processo fotográfico. Chama de 'câmara clara' o processo da fotografia que é mediado pela subjetividade humana e de 'câmara escura' o processo mecânico e reprodutivo da máquina fotográfica em relação ao registro do mundo. Na 'câmara clara' leva-se em consideração a sensibilidade física e emocional do intérprete, do fotógrafo, que imprime algo de fundamental em cada foto. Apesar de simples, a analogia de Barthes (1984) para a atividade fotográfica revela a importância da emoção no processo de percepção da realidade. Assim, no processo humano da observação destaca-se a dimensão do sentimento, da emoção, fazendo frente à dicotomia cartesiana razão/emoção, como já foi discutido.

Atividades particularmente ligadas à emotividade – como, por exemplo, as atividades artísticas – podem ser úteis para se buscar a superação do viés racional e cerceador da emotividade enquanto dimensão de construção do conhecimento. Nesse tipo de atividade, o pesquisador e os pesquisados partilham um momento expressivo e significativo que cria melhores condições de reflexão para ambos. Assim, tenta-se conscientemente superar a dicotomia razão *versus* emoção, ou seja, a partilha de emoção facilita a reflexão conjunta, devidamente consentida. No relato seguinte sobre a experiência de pesquisa implicada, podemos observar como a atividade artística é facilitadora dessa integração entre razão e emoção, permitindo a construção de conhecimento que se defende no presente trabalho.

Relato da Pesquisa

A etapa que se segue retrata a experiência de um dos autores na realização de uma pesquisa em um hospital psiquiátrico. Nessa experiência, foi adotado o método etnográfico, o que condicionou a permanência do pesquisador durante oito meses como membro da equipe de um hospital psiquiátrico para a realização do trabalho de campo. Como se trata de observação participante, a maneira encontrada para o ingresso na rotina de trabalho do hospital foi o trabalho voluntário, especificamente por intermédio da atividade artística. Nesse cenário, todos os aspectos para demonstrar o argumento sobre a positividade da emoção na atividade de pesquisa estão presentes. Segue um breve relato dessa experiência. Optou-se por apresentá-lo na primeira pessoa do singular, mantendo a coerência da narrativa com os pressupostos epistemológicos do trabalho. Além disso, como a pesquisa foi realizada cinco anos atrás, foram utilizadas as notas de campo para ajudar na recuperação das impressões do pesquisador durante a realização da pesquisa. A maneira como tais notas foram elaboradas e com qual finalidade será explicitada a seguir.

A preparação para o campo

A pesquisa no hospital psiquiátrico em questão correspondeu a uma investigação sobre as dimensões dos processos de reestruturação organizacional provocados pelo movimento de reforma psiquiátrica pelo qual vêm passando as organizações manicomiais nos últimos anos (VIZEU, 2005). A intenção foi verificar se hospitais que haviam declarado ter aderido ao modelo de reforma psiquiátrica adotavam novas formas de gestão, bem como critérios não burocráticos para mediar as relações entre os membros da organização, sejam eles funcionários, voluntários ou mesmo pacientes e familiares destes. Todavia, confesso que não estava familiarizado com o tipo de organização que pretendia investigar: meu conhecimento prévio sobre a loucura e as instituições psiquiátricas era meramente teórico, baseado na literatura sobre a antipsiquiatria, como, por exemplo, Bosseur (1976) e alguns estudos sociológicos seminais, como é o caso do estudo de Foucault (1997) sobre a história do conhecimento psiquiátrico moderno e o de Goffman (1996) sobre as instituições totais.

Assim, a preparação para realizar a pesquisa empírica foi determinante para moldar meu entendimento sobre a loucura e as organizações estigmatizadas por 'este mal'. Assim, influenciado pela literatura previamente consultada, assumi pré-concepções sobre as organizações manicomiais, vislumbrando-as como locais de sofrimento, de maus-tratos e de injustiça social. Aliado a isso – e, talvez, muito mais por influência de um entendimento de senso comum –, assumi que o hospital psiquiátrico é um local de loucos, entendendo-os apenas como sujeitos portadores de grave insanidade, incapazes do mínimo convívio social.

Essa pré-concepção da 'loucura' e do 'manicômio' impactou diretamente no meu estado emocional antes de iniciar o trabalho de campo. Por um lado, estava ansioso para encontrar um mundo, novo que não conhecia pessoalmente, onde encontraria sujeitos (loucos) que nunca tinha visto antes. Por outro lado, também estava apreensivo sobre o que iria me acontecer naquele lugar – será que corria risco de ser agredido? Será que veria cenas chocantes de maus-tratos? As emoções desconcertantes acerca do que me esperava eram fruto de impressões sobre algo que ainda não tinha vivido, mas que, mesmo assim, alimentava minha imaginação sobre o que me aguardava na realização daquela pesquisa.

Em relação ao método de coleta de dados, conforme já foi dito, adotei a observação participante. Essa escolha se deve à busca pela integração com a comunidade pesquisada, procurando melhores condições para apreender os fatos, que, de acordo com os pressupostos do método, somente são percebidos pela perspectiva daqueles que integram o mundo vivido (BECKER, 1993). Nesse sentido, a atividade de registro no caderno de campo teve por referência dois procedimentos específicos: a descrição dos fenômenos e acontecimentos e a reflexão do observador em relação a eles. Para dar consistência ao *corpus* de pesquisa, essas duas ações básicas das anotações de campo ocorreram concomitante e complementarmente: busquei efetuar o procedimento de anotações logo em seguida aos acontecimentos observados, descrevendo-os detalhadamente

e inserindo comentários críticos quando necessário. Assim, nos meus registros diários no caderno de campo, utilizei a rubrica R O que significa “reflexões do observador”, em conformidade com a proposta de Triviños (1987) de diferenciar os comentários críticos das anotações de natureza descritiva. Além disso, periodicamente realizei revisões gerais de todo o conjunto das anotações de campo, buscando verificar os pontos que se destacavam e que pudessem ajudar a dar sentido aos aspectos obscuros ou confusos, servindo também de referencial na elaboração de roteiros semi-estruturados para as entrevistas que julguei necessário realizar.

Apesar de esta não ter sido a intenção original, as anotações de R O foram se tornando um importante balizador para minha atividade de pesquisa, pois nelas eu imprimia impressões que iam além da pura e simples reflexão teórica sobre o objeto investigado. Eu percebia que esse recurso metodológico me permitia externar uma dimensão que não era comumente considerada na pesquisa científica, ou seja, a emoção. Em um primeiro momento, confesso que não via esse registro como algo relevante para a produção do conhecimento a que meu projeto de investigação científica se propunha; considerava o registro de minhas impressões emotivas como um ‘erro’, um obstáculo ao conhecimento, algo que interferia na maneira como percebia a realidade naquela comunidade (por exemplo, se eu estivesse triste, esse estado emocional era um fator que poderia distorcer minha percepção da rotina e fatos observados). Contudo, à medida que ia registrando minhas emoções e refletindo sobre elas – especialmente a partir das periódicas revisões do caderno de campo – percebi que representavam uma importante etapa para o aprendizado e a construção de conhecimento que minha pesquisa se propunha realizar. Descrevo, a seguir, como esse aprendizado ocorreu.

A iniciação como membro da comunidade hospitalar

Após ter formalizado com a direção do hospital os termos da pesquisa (incluindo as condições para a realização da etnografia, que consistiam na participação pelo programa institucional de trabalho voluntário), fui orientado a participar de sessões prévias de instruções sobre o funcionamento do hospital. Nessas reuniões, participaram duas funcionárias (uma terapeuta ocupacional e uma psicóloga) e um pequeno grupo de pessoas interessadas em fazer parte do programa de voluntariado do hospital, todas mulheres. Tendo em conta que as duas instrutoras sabiam da minha condição de pesquisador e do fato de eu ser o único homem presente, imaginei que eu seria naturalmente isolado pelo grupo. Nesse momento, tive **medo** de que me identificassem como um aproveitador, alguém que não estava ali para doar seu tempo, mas sim, unicamente para atender a interesses próprios: a realização da pesquisa.

Todavia, minhas expectativas sobre as reuniões do voluntariado prontamente se mostraram equivocadas. Os encontros foram conduzidos de forma extremamente acolhedora, e o fato de ser o único homem presente até permitiu que as outras participantes adotassem um tom de brincadeira em referência a isso. O que, de certo modo, aproximou-me mais do grupo, pois permitiu que eu me reconhecesse como um membro do voluntariado e não como um pesquisador 'de fora'.

Nas reuniões do voluntariado, um dos objetivos era instruir acerca dos riscos que havia no hospital. Três se destacavam: o risco de suicídio, o risco de fuga e o risco de agressões físicas e verbais. Para cada um deles existiam cuidados de segurança que deveriam ser seguidos por todos os que entravam no hospital, inclusive os participantes do voluntariado. É interessante notar aqui que o ponto de vista ressaltado pelas instrutoras era sempre o que contemplava o bem-estar do paciente. Isso me surpreendeu, pois, dada a minha pré-concepção sobre a equipe dos manicômios (formada por influência da literatura de antipsiquiatria, que comumente demoniza o funcionário do hospício), esperava um tom mais impessoal nas referências dos funcionários às rotinas do hospital. Ali, começava a se reformular a minha perspectiva sobre o manicômio e 'sua gente'; e, com certeza, isso foi determinado pela relação de cumplicidade que se estabeleceu entre todo o grupo de voluntariado e suas instrutoras.

A abertura a essa nova impressão parece ter emergido durante o treinamento do 'grupo de oito': um procedimento de segurança contra agressões que deve ser desempenhado por qualquer membro da comunidade hospitalar (pacientes, equipe terapêutica, outros funcionários, estagiários e voluntários). Para isso, são realizados treinamentos regulares entre todos eles. A técnica é a contenção do paciente agressor por oito pessoas próximas, utilizando os ombros. No dia do treinamento, fiquei surpreso com o pedido para que eu encenasse o paciente agressor. Na verdade, aquilo foi uma representação de um papel que nunca imaginei viver no mundo real. Assim, além de me sentir um pouco envergonhado por ser 'contido' por oito mulheres, a experiência de ser um 'louco' foi embaraçosa e desconfortável. Mas o clima descontraído com que o grupo se relacionava ajudou-me a refletir sobre o real sentido daquela técnica, ou seja, além de ser uma medida de segurança, o 'grupo de oito' era também um recurso terapêutico – já que uma etapa importante dessa técnica é informar o paciente por que ele está sendo contido. Depois, durante o período de observação, pude vivenciar vários momentos em que esse entendimento se comprovou: em um deles, uma auxiliar de enfermagem que chamou pelo 'grupo de oito' preocupou-se em conversar com a paciente agressora sobre os problemas da atitude dela, que aquilo era uma agressão contra ela mesma e, logo em seguida, soltou a paciente e lhe deu um abraço. Compreender esse **sentido terapêutico** somente foi possível porque abandonei minha primeira impressão sobre os procedimentos da equipe terapêutica como sendo agressivos e focados exclusivamente no interesse de controlar a rotina hospitalar.

Dentro da unidade terapêutica

Mesmo com três semanas de preparo para a entrada na unidade terapêutica, não deixei de ficar nervoso no primeiro dia dentro da unidade terapêutica onde realizaria meu trabalho voluntário. Naquele momento, as primeiras emoções novamente vieram à tona. O que iria me acontecer naquele lugar? Como seriam as pessoas que eu iria encontrar lá? Além disso, havia o medo de não ser bem recebido pela equipe terapêutica e outros funcionários que lá trabalhavam. As impressões anotadas no caderno de campo desse primeiro dia 'dentro' são reveladoras:

Será que eles [a equipe terapêutica] vão me enxergar como um 'sujeito de fora'? Será que eles vão boicotar meu trabalho? Seria eu um hipócrita por estar lá, fingindo fazer caridade para obter dados, dados que podem se virar contra eles próprios?

As impressões acima revelam que o medo de ser excluído pelo grupo era algo que me afligia. E esse medo não era sem fundamento: realmente, os olhares de alguns membros da equipe terapêutica denunciavam que eu era *persona non grata* naquele lugar. Conhecendo um pouco depois a história do hospital, descobri que esse comportamento provavelmente era fruto de experiências traumáticas com outros pesquisadores, que se aproveitaram do acesso dado pela comunidade hospitalar para praticar 'denuncismo' sensacionalista.

Cantando na (com a) unidade terapêutica

No momento em que iniciei a atividade do trabalho voluntário, senti que essa seria uma forma interessante para me aproximar da equipe e dos pacientes, algo que não havia percebido nas reuniões de preparação com a equipe de voluntariado. Quando me foi solicitado escolher alguma atividade para atuar no voluntariado, fiquei em dúvida sobre o que fazer. Decidi então trabalhar com música, já que fui músico profissional durante muitos anos. Além disso, essa era uma atividade já realizada por outros voluntários, o que me tranquilizou, pois eu poderia buscar orientações sobre como desempenhá-la. Assim, combinei com as orientadoras do voluntariado que minha atividade seriam tardes musicais ao som do violão.

Já de início, as sessões de violão tornaram-se importantes momentos de envolvimento com a comunidade hospitalar. A descontração do ambiente era evidente nos momentos musicais. Os rostos desconfiados – de alguns pacientes e de membros da equipe terapêutica, – logo se transformavam em feições alegres e descontraídas. Muitas vezes, era comum um clima tenso na unidade terapêutica antes da atividade musical, devido a algum incidente entre os pacientes ou entre estes e a equipe terapêutica. Mas, ao perceberem minha chegada – antes mesmo de começar a cantar –, o estado de espírito se modificava e rapidamente se desfazia a tensão. Pessoas que me pareciam mais tímidas ou mesmo mais distantes, o que eu, equivocadamente, atribuía quase sempre à questão patológica, durante a 'cantoria' prontamente se permitiam comungar do espírito de alegria com os outros.

O efeito da atividade musical na facilitação de alguns procedimentos de pesquisa foi evidente. As duas auxiliares de enfermagem do turno da tarde – certamente, as profissionais mais incomodadas com a presença de um pesquisador na unidade – foram as que modificaram o comportamento inicial de forma mais contundente. Nos primeiros dias, mal me dirigiam a palavra e acompanhavam desconfiadas as minhas performances musicais; mas, pouco tempo depois, ambas estavam participando ativamente desses momentos. Nos intervalos entre uma canção e outra – com direito a pedido especial – elas se apresentaram como pessoas falantes e bem descontraídas, de modo bem diferente da minha primeira impressão.

Os pacientes também foram tocados pelas canções. Entre eles, eram nítidos os efeitos benéficos daqueles momentos, que não representavam apenas mais uma técnica terapêutica, mas um momento em que lembravam de suas vidas antes do internamento. Percebi que os pedidos para determinadas canções representavam a memória de bons momentos, bons lugares, ou, mesmo, pessoas queridas. Era comum que muitos pacientes se emocionassem, chegando às lágrimas. Naqueles momentos, acontecia uma espécie de comunhão, quando todos pareciam se solidarizar silenciosamente com aquele que decidia extravasar seus sentimentos mais profundos, como sugere a seguinte citação do caderno de campo:

Hoje, depois de atender a um pedido de uma paciente (uma música sertaneja), ela começou a chorar sem parar. No início, fiquei consternado, sem saber o que fazer; mas aí percebi que eram lágrimas de saudade, e então entendi o que se passava. De repente, todo mundo estava chorando com ela, inclusive eu.

Como o trecho deixa claro, além das auxiliares de enfermagem e dos pacientes, outra pessoa que se transformou com a atividade musical fui eu mesmo. Primeiramente, porque pude me aproximar mais daqueles 'sujeitos estranhos' (os loucos), estigmatizados por mim pela pré-concepção sobre a loucura e o manicômio; naquele momento, eles viraram gente, que sente, pensa e vive as mesmas experiências que eu.

O aprendizado

A partir do momento em que ocorreu essa transformação, fui identificando uma realidade diferente da que havia construído antes da realização do trabalho de campo. A primeira coisa que percebi foi o fato de que, dentro do hospital psiquiátrico, a grande maioria dos internos não é de pessoas com transtornos mentais graves, incapazes de se relacionar. Quase todo mundo que lá se encontra tem plena condição de se expressar normalmente; foram raros os momentos de crise ou surto psicótico observados por mim. Mas, mesmo nesses momentos, os pacientes eram para mim pessoas 'normais' – ou seja, pessoas iguais a mim mesmo e às pessoas que viviam fora do hospital. Em dois momentos isso transpareceu de forma contundente.

Um desses momentos foi quando fui agredido por uma paciente. Ao término de uma sessão, uma das pacientes entrou em surto psicótico e me atacou. Mesmo sendo uma situação que eu sempre temia antes de entrar na unidade, no momento em que aconteceu não me comportei como imaginei: na verdade, por ter me afeiçoado a essa paciente em particular, o meu sentimento, quando fui atacado, foi antes o de preocupação

com a 'recaída' dela do que com a minha própria situação. Fiquei realmente preocupado com o que iria acontecer com ela, se iria regredir no tratamento e se iria sair do surto rapidamente.

O segundo caso que me tocou profundamente foi outro surto que presenciei, em que a paciente urinou na cadeira. No momento exato em que vi a cena, tive dúvidas se deveria contar para a auxiliar de enfermagem o ocorrido: fiquei preocupado com possíveis represálias à paciente, pois sabia que era costume da auxiliar daquele turno repreender severamente quem fazia aquilo. Ao agir assim, percebi que, naquele momento, eu realmente havia me transformado e que isso era parte importante do aprendizado que me propus ao iniciar aquela pesquisa.

Finalmente, a minha própria percepção de que a pesquisa naquele hospital psiquiátrico foi bem-sucedida se deve, antes, à transformação na minha concepção sobre a loucura e as organizações psiquiátricas do que à confirmação das hipóteses de pesquisa. Na verdade, acredito que algumas das hipóteses não teriam sido confirmadas se eu não tivesse sofrido tal transformação; além disso, outros aspectos inesperados surgiram, o que somente foi possível devido ao meu novo olhar sobre aquela realidade.

Considerações finais

Esperamos que o trabalho realizado traga elementos teóricos para o processo de construção da legitimidade científica da emoção como importante elemento da pesquisa nas organizações e superação da concepção de pesquisador realista. Um pesquisador que, 'suspendendo' sua subjetividade, adota o sistema de linguagem formal ou matemática de descrição para apreender seu objeto com categorias preestabelecidas e idealizadas na busca de causas gerais, lida com a restrição de poder tratar apenas de fenômenos diretamente observáveis e com conexões imediatas.

Que tipo de pesquisador defendemos? Esperamos, essencialmente, ter contribuído teoricamente para a compreensão da proposta de Merriam (2008) de que o pesquisador seja o instrumento primário da pesquisa e que, através da ótica dos atores envolvidos, busque a compreensão do fenômeno objeto de estudo. Temos por princípio que, na medida em que consideramos a organização não como um fenômeno natural, mas como um fenômeno histórico, dialético e, sobretudo, humano, devemos conceber o pesquisador em toda a sua concretude histórica e social, pois, afinal, como aponta a autora, ele é o instrumento primário da pesquisa.

Concebemos o homem em sua mediação complexa da pesquisa, por meio de sua **experiência de significado**, o que permite transcender o nível da aparência e ter como âmbito da análise o sistema de significados, valores e crenças. Desse modo, defendemos, para a prática de pesquisa social em organizações, um pesquisador capaz de **implicar-se** em práticas interpretativas e que, pelo tempo e natureza das relações com os sujeitos pesquisados, almeje um conhecimento que transcende o aparente, que supera a superficialidade.

Ao defender a pesquisa como uma prática social historicamente situada, buscamos enfatizar a superação da cognição fria, a substituição de instrumentos formais de avaliação, pela **atividade psicológica** do homem de registrar a experiência a partir de seus processos cognitivos complexos de sensibilidade, atenção, emoção, observação, reflexão e aprendizagem. Vimos como, na condução da pesquisa, as hipóteses e as tomadas de decisões são decorrentes desses processos complexos. Vimos também como a partilha de emoções propiciada pela atividade artística foi facilitadora do acesso ao campo e do próprio processo de implicação do pesquisador, portanto, positiva para a produção do conhecimento. Nesse ponto em particular, destacamos como a resignificação do conceito de loucura foi facilitadora da condução do processo da pesquisa, do acesso ao campo, exemplificando que o sentido da palavra é complexo e móvel, mudando constantemente de pessoa para pessoa, de uma situação a outra para a mesma pessoa (VYGOTSKY, 1993).

Esperamos que pesquisas futuras contribuam para o aprofundamento do estudo teórico e empírico sobre a mediação de atividades psicológicas cognitivas situadas do pesquisador. Esse esforço aumentaria a

probabilidade de uma maior aproximação do fenômeno sob análise, especialmente em se tratando da realidade organizacional, um campo de pesquisa conturbado e ainda carente por maior consistência na relação entre epistemologia e método. De forma específica, sugerimos o estudo da atividade artística (VYGOTSKY, 1990) na prática de pesquisa em organizações, já que, como visto, representa um interessante mecanismo facilitador no processo do pesquisar, dando continuidade à adoção da perspectiva sócio-histórica e cultural na análise do fazer pesquisa.

Referências

- AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK; A. M.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002.
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa, 2004.
- BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOSSEUR, C. **Introdução a antipsiquiatria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CAMARGO, D. **Emoção & escola**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.
- _____. Emoção, primeira forma de comunicação. In: CAMARGO, D.; BULGACOV, Y. L. M. **Identidade e emoção**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.
- CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. São Paulo: Vozes, 2006.
- DUARTE, J. **O sentido dos sentidos**: a educação do sensível. Curitiba: Criar, 2001.
- ENGESTRON, Y. Expansive learning at work: toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Education and Work**, v.14, n.1, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da loucura**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HELLER, A. **Teoria de los sentimientos**. 3. ed. México: Distribuciones Fontamara, 1993.
- KEMMIS, S.; Mc TAGGART, R. Participatory Action Research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. 2.ed. London: Sage, 2000. p.567-606.
- LEONTIEV, A. N. **Actividad, consciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.
- MATURANA, H. **Emoções, linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MERRIAN, S. B. **Analyzing Qualitative Data**, insuring for rigor and writing up findings in qualitative research. Consórcio Doutoral, Anpad, 2008.
- RATNER, C. **A psicologia sócio-histórica de Vygotsky**: aplicações. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAWAIA, B. B. **A emoção como locus de produção do conhecimento**: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa. Trabalho não publicado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SMIRCICH, L. Organizations as cultures. In: MORGAN, G. **Beyond method**: strategies for social research. Beverly Hills, California: Sage, 1983. p.160-172.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALSINER, J; VEER, V. D. **Vygotsky**: uma síntese. São Paulo: Loyola, 1996.

VIZEU, F. A instituição psiquiátrica moderna sob a perspectiva organizacional. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.12, n.1, p.33-44, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **La imaginación y el arte en la infancia**. Madrid: Akal, 1990.

_____. **Obras Escogidas I**: problemas teóricos y metodológicos. Madrid: Ministerio Educación y Ciencia, 1991.

_____. **Obras Escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Ministerio Educación y Ciencia, 1993.

_____. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicologicos Superiores. L.S.Vygotsky. {Orgs.Michel Colins et al.}.São Paulo: Martins Fontes, 1994.